Bibliotecas escolares: reflexões a partir de Fernando de Azevedo

School libraries: reflections based on Fernando de Azevedo

DOI:10.18226/21784612.v31.e026017

ISSN online 2178-4612 Disponível: http://www.ucs.br/etc/ revistas/index.php/conjectura

João Carlos Domingues dos Santos Rodrigues[1]

Resumo: Desde a LDB de 1996, a educação vem vivendo um tempo de importantes mudanças, âmbito que compreende as instituições escolares e suas bibliotecas. Este artigo – inscrito em nossa pesquisa doutoral – se propõe a realizar uma reflexão sobre o tema das bibliotecas escolares na medida das contribuições oferecidas pelo filósofo brasileiro Fernando de Azevedo. Esse autor, redator do Manifesto da Educação Nova (1932) e fundador da Universidade de São Paulo (USP), foi um dos responsáveis por patrocinar a difusão das bibliotecas escolares em nosso país, por isso, trazê-lo para este diálogo é uma possibilidade de analisar o seu legado e repensar, a partir de sua filosofia, os caminhos que trilhamos e os próximos passos que devemos dar. Utilizando uma perspectiva exclusivamente bibliográfica, analisaremos o conteúdo de alguns textos legislativos e, perscrutando a filosofia azevediana, apresentaremos as discussões que esse autor trouxe e traz acerca da importância das bibliotecas escolares. Como ficará evidente nas reflexões que apresentaremos, para Fernando de Azevedo os livros e a biblioteca escolar não apenas são importantes, mas são o próprio coração da instituição escolar, e devem ser encarados como ferramentas básicas para o exercício da atividade docente e para a propulsão no desenvolvimento dos estudantes. A situação pela qual as bibliotecas escolares vêm passando, praticamente inexistindo em algumas escolas, não apenas poria em risco o legado deste filósofo da educação nacional, mas põe em risco a própria construção de nossa sociedade e cultura, na medida que afasta os estudantes de serem o máximo que poderiam ser em termos dos conteúdos não conhecidos e da prática democrática não exercitada. Esperamos que este artigo possa contribuir em nível teórico e prático no que diz respeito à valorização das bibliotecas escolares, apontando um novo caminho teórico de reflexão sobre tão importante temática.

[1] É Doutor e Mestre em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; e Doutor em Estudos da Linguagem e Mestre em Educação e Doutorando em Educação, pela Universidade Estadual de Londrina. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0102-6643. E-mail: joao.carlos.santos@uel.br

Palavras-chave: Filosofia da Educação. Biblioteca Escolar. Fernando de Azevedo.

Abstract: Since the 1996 Brazilian Law of Directives and Bases of National Education (LDB), education has been undergoing a period of significant changes, including school institutions and their libraries. This article – part of our doctoral research – aims to reflect on the theme of school libraries in light of the contributions offered by the Brazilian philosopher Fernando de Azevedo. This author, writer of the Manifesto of New Education (1932) and founder of the University of São Paulo (USP), was one of those responsible for sponsoring the dissemination of school libraries in our country. Therefore, bringing him into this dialogue offers an opportunity to analyze his legacy and rethink, from his philosophy, the paths we have taken and the next steps we should take. Using an exclusively bibliographic perspective, we will analyze the content of some legislative texts and, scrutinizing Azevedo's philosophy, present the discussions that this author has brought and continues to bring about regarding the importance of school libraries. As will become evident in the reflections we will present, for Fernando de Azevedo, books and the school library are not only important, but are the very heart of the school institution, and should be seen as basic tools for the exercise of teaching activity and for propelling student development. The situation that school libraries are experiencing, practically non-existent in some schools, not only jeopardizes the legacy of this philosopher of national education, but also puts at risk the very construction of our society and culture, insofar as it prevents students from reaching their full potential in terms of unknown content and unexercised democratic practice. We hope that this article can contribute theoretically and practically to the appreciation of school libraries, pointing to a new theoretical path of reflection on such an important topic.

Keywords: Philosophy of Education. School Library. Fernando de Azevedo.

Introdução

Em um momento no qual a educação nacional vem passando por diversas mudanças, este artigo – que integra nossa pesquisa doutoral em educação – tem por objetivo iniciar uma reflexão sobre um dos ambientes da escola que recebe menos destaque do que deveria: a biblioteca escolar. Essa reflexão que propomos acerca do papel, da importância das bibliotecas escolares vem marcada pela ótica de um dos mais importantes filósofos da educação nacional, Fernando de Azevedo.

Para este artigo nos limitaremos a uma reflexão de caráter eminentemente bibliográfico – as análises de caráter empírico comporão o estágio posterior daquilo que será nossa tese doutoral, motivo pelo qual não estarão aqui presentes. Como nosso título apresenta, essas reflexões constarão de um cotejo que realizaremos a partir das produções azevedianas. Demais autores e legislações que apresentaremos objetivarão reforçar a argumentação desse eminente educador nacional e de seu olhar acerca das bibliotecas escolares, a partir de uma epistemologia própria que apresentamos como uma outra entre tantas que hoje se fazem presentes no âmbito da academia.

Desde os pioneiros da educação nova, não apenas uma educação pública e para todos foi defendida, mas também a necessidade de que as instituições escolares se vissem munidas das ferramentas adequadas para que professores e estudantes pudessem desempenhar, cada qual, o seu papel. É nesse sentido que Fernando de Azevedo se apresentou como defensor da presença de bibliotecas nas escolas, elaborando uma política pública que propagou por todo o território brasileiro esse ideal.

A contribuição azevediana, em um cenário de mudanças na educação, não se deu apenas em nível teórico, juntamente com os demais 'pioneiros da educação nova', mas também em nível prático, uma vez que foi relevante difusor da importância dos livros no âmbito da educação básica (Guida, 2024 [2019], p. 2).

Nossa inquietação, entre outros pontos, vincula-se especialmente àquela preocupação filosófica e pedagógica azevediana acerca da presença de todas as ferramentas adequadas para a maior eficácia da educação em cada instituição escolar, fazendo delas ambiente capaz de abarcar "o sentido científico da experiência, pesquisa, descoberta e verificação" (Azevedo, 1958c [1932], p. 19), preparando os jovens para os desafios do futuro, da sociedade do amanhã (Azevedo, 1953 [1937], p. 246).

Desse modo, para além do elemento imediato e concreto ao qual este artigo se propõe – apresentar uma reflexão acerca das bibliotecas escolares sob o olhar de Fernando de Azevedo –, ele também se inscreve no âmbito de nossa pesquisa doutoral, que busca analisar a presença do legado azevediano nas escolas públicas de Londrina-PR, *aquele das bibliotecas escolares*, e o quanto elas estão eficazmente

munidas das ferramentas mais adequadas para as aulas da disciplina de filosofia.

O presente artigo se faz dividido em três momentos. No primeiro deles buscamos dar um panorama sobre como se encontra a temática da biblioteca escolar no contexto das políticas públicas e das reflexões acadêmicas. O segundo momento é aquele no qual apresentamos nosso autor base e como ele se insere no cenário das reflexões sobre as bibliotecas escolares. No terceiro, traremos algumas contribuições que nosso autor deu e pode dar à reflexão acerca da importância das bibliotecas escolares na formação dos sujeitos.

Esperamos que o resgate das contribuições desse eminente filósofo nacional e da própria temática das bibliotecas escolares possam promover frutos em nível teórico e prático para a educação nas mais diversas realidades, uma vez que os livros e a biblioteca escolar são decisivos na formação das novas gerações, da sociedade e da cultura, deixando uma "[...] impressão indelével nos primeiros contatos dos alunos com a escola e (de que) se abram, a cada criança, na vida escolar, todas as oportunidades de se desenvolver, segundo as suas aptidões e uma direção que lhe seja própria" (Azevedo, 1953 [1937], p. 197).

A realidade das bibliotecas escolares

Nas últimas décadas, diversas foram as leis que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394/96, têm exigido dos gestores públicos a necessária presença de bibliotecas nas escolas públicas. Leis essas que passam pela *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), em 1997, e vão até a Lei 14.837 de 2024, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares.

Quando olhamos para os PCNs, esses, já naquela época, deixavam clara a exigência de que os governos elaborassem políticas públicas que contemplassem a formação tanto inicial quanto continuada dos professores, indo além das questões salariais, mas capazes de consolidar a

> [...] organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho (acervo de livros e obras de referência, equipe técnica para supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de trabalho de qualidade), aspectos que, sem dúvida, implicam a valorização da atividade do professor (Brasil, 1998, p. 30).

Medida que nas décadas seguintes se viu reforçada pela Lei 14.244 de 24 de maio de 2010, pela Lei 13.696 de 12 de julho de 2018 e, mais recentemente, pela Lei 14.837 de 25 de junho de 2024.

A Lei 14.244/2010 estabeleceu um prazo de dez anos para que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, estivessem equipadas com bibliotecas. A referida lei conceituou biblioteca escolar caracterizando-a como: "[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura", tal como está no seu artigo 2º. Mesmo a proporção de livros é apresentada pela lei como devendo ser de no mínimo um título por aluno matriculado.

No caso da Lei 13.696/2018, esta instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que visou a universalização do direito ao acesso às bibliotecas, e, por conta disso, aos livros, à leitura e à escrita. Para dar ênfase à emergência do tema, a referida lei trouxe em seu texto alguns verbos importantíssimos ao falar dos objetivos de tal política pública: democratizar; fomentar; valorizar; desenvolver; fortalecer; promover e incentivar; devendo ser desenvolvido em consonância com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e reajustada em suas metas e ações a cada decênio.

Por sua vez, a Lei 14.837/2024 é aquela que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, reforçando a necessidade de que sejam empregados esforços progressivos e que haja a universalização das bibliotecas escolares por todo o território nacional, contando com apoio financeiro do Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como prevê o artigo 211, §1º da Constituição Federal[2]. Para tal reforço, esta lei alterou a Lei 14.244/2010, no seu artigo 2º, conceituando biblioteca escolar como "[...] o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo [...]", passando a abarcar também os livros e as novas tecnologias digitais.

Entretanto, um artigo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), de 16 de fevereiro de 2024, nos revelou que embora as bibliotecas nas escolas sejam uma exigên-

[2] O referido artigo e parágrafo diz o seguinte: "A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios".

cia legal, o Censo Escolar de 2022 apontou que, em nível nacional, apenas 31% das escolas públicas possuíam uma biblioteca, o que corresponde a 51% dos estudantes matriculados (Appel, 2025) – abarcando aqueles do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio.

No caso do estado do Paraná, esse mesmo artigo aponta que 73% dos estudantes estão matriculados em escolas que possuem biblioteca, estando entre os estados com maior índice, atrás de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, com 82% e 76%, respectivamente (Appel, 2025). Não obstante, as escolas municipais e estaduais não chegam nem perto das escolas e institutos federais de educação, os quais somam uma proporção de 98% das instituições com biblioteca (Appel, 2025).

Quando nos voltamos para pesquisas acadêmicas sobre as bibliotecas escolares, nos deparamos com obras como aquela de Waldeck Carneiro da Silva, intitulada *Miséria da Biblioteca Escolar*, descrevendo um pouco da situação pela qual as bibliotecas, mais especialmente as bibliotecas escolares, vêm passando no Brasil já há algumas décadas. Não à toa, pois tal qual o autor afirma, não é raro encontrarmos espaços denominados "biblioteca", em âmbito escolar, como sendo verdadeiros "[...] depósitos de livros ou, o que é pior, de objetos de natureza variada [...]" (Silva, 2003, p. 15), quando não, restritos a "[...] um armário trancado, situado numa sala de aula [...]" (Silva, 2003, p. 15).

A pouca estima do tema relativo às bibliotecas escolares é patente, diante da baixa presença em programas de pós-graduação, tanto na área da educação quanto da biblioteconomia – algo que Silva (2003) já apontava na década de 90, ao que chama de uma "[...] grande injustiça, posto que a sofrível situação em que funciona, na maioria das escolas, faz com que ela (a biblioteca escolar) se torne um grave e, vale dizer, inexplorado problema educacional" (Silva, 2003, p. 19)

Quando voltamos nosso olhar para o tempo presente, especificamente para a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[3], entre os trabalhos encontradas para as palavras-chave <biblioteca escolar>, <biblioteca de filosofia> e <biblioteca e Fernando de Azevedo>, dos poucos apresentados sobreveio a dissertação de Moisés da Silva Cabete, com o título *Gestão de acervo enxuto para*

[3] Link do referido site: https://bdtd.ibict.br/vufind/

bibliotecas escolares, para o Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Nesse trabalho, entre os elementos que poderiam dialogar com nossa pesquisa, é possível identificar aquilo que o autor chama de "cinco leis da biblioteconomia"[4], das quais destacamos a primeira: "os livros são para serem usados" e a quarta: "poupe o tempo do leitor" (Cabete, 2016, p. 19-20), reforçando não apenas a indispensável função que as bibliotecas têm nas instituições escolares – como salienta Fernando de Azevedo –, mas também a necessidade de que os títulos nelas presentes estejam disponíveis a todos aos quais foram destinados e a todos os que a eles desejarem acesso.

Sem embargo, esta é uma realidade que nem sempre encontramos nas escolas públicas, contando, inclusive, com a retirada de livros do acervo por parte de agentes do Núcleo de Educação, sob a alegação de que não são usados e de serem complexos demais para estudantes de ensino médio – mesmo quando tais exemplares são editados pela própria Secretaria de Educação[5].

Por sua vez, para buscas junto ao Catálogo de Teses e Dissertação da Capes[6], tanto para as palavras-chave <biblioteca escolar> e <biblioteca de filosofia> quanto para <biblioteca e Fernando de Azevedo>, identificamos pouquíssimas produções e nenhuma outra a mais que pudesse contribuir com nossas reflexões. Elementos todos que evidenciam, de algum modo, a contribuição inédita que nosso trabalho pode oferecer à academia.

O cenário azevediano

Fernando de Azevedo (1894-1974), redator e um dos vinte e seis signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, por meio de suas obras[7] e de seu legado, como a Universidade de São Paulo (USP), formaliza uma perspectiva filosófica de educação que valoriza: a formação humanística e crítica dos estudantes; a relação

[4] Essas "cinco leis" também são conhecidas como "leis de Ranganathan", assim chamadas em homenagem ao pensador indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, quem as elaborou, em 1931. Essas leis são consideradas como as leis fundamentais para a biblioteconomia.

[5] De modo concreto, no referimos ao livro *Antologia de Textos Filosóficos*, editado pela SEED-PR, situação que presenciamos em nossa prática profissional. Esse material encontra-se disponível digitalmente, e pode ser acessado e baixado pelo seguinte link da SEED-PR: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf.

[6] Segue o link do referido catálogo: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.

[7] Obras essas derivadas de suas palestras e inquéritos.

solidária e cooperativa entre escola, família e sociedade, bem como o reconhecimento do papel dos educadores, quer por boas universidades, quer por melhores condições de trabalho.

Trazer esse "Mestre Brasileiro" (Freire, 1967, p. 82) e "Intérprete do Brasil" (Nascimento, 2012, p. 35, 213, 216; Azevedo, 1958b, p. 15) para nossa discussão acerca das bibliotecas escolares possibilitará uma reflexão sobre a educação que não se vê fechada em gabinetes, mas olhando para as reais necessidades de nossas escolas, sacudindo, assim, "[...] o ensino desse torpor e dessa estagnação em que mergulhou e de que não se dispunha a emergir, para sobreviver" (Azevedo, 1971, p. 119, 122).

Este eminente filósofo nacional nos ensinou a necessidade de termos os pés fincados em nosso espaço vital, elaborando, assim, um pensamento com as "feições" e com a "cor local". Sua filosofia fez e faz ressoar em nosso aqui e agora um movimento de ideias e inquietações que percebemos não estarem alheias a nós e que podem contribuir como propulsão para que elaboremos estratégias e resoluções originais (Azevedo, 1958b, p. 179) – um movimento de "deglutição"[8] das influências e inspirações recebidas, aos bons moldes antropofágicos (Azevedo, 1953 [1937], p. 244-245, 257; 1958b, p. 45-46).

Entre as contribuições azevedianas para a educação nacional temos seu desejo da presença de uma biblioteca qualificada em todas as instituições escolares do país. Segundo nosso autor, a educação de qualidade não apenas requereria professores qualificados, como também a necessidade do material didático condizente para cada série e de auxílio à preparação das aulas – carestia que identificou recorrente já em sua época (Azevedo, 1971, p. 101-108).

Sob essa inspiração, Antonio Candido (2022) recorda que Fernando de Azevedo, seu mestre, participou da criação da Biblioteca Pedagógica Brasileira, que era dividida em 5 sessões temáticas: *Brasiliana*, editando livros relevantes para formação da cultura nacional; *Atualidades Pedagógicas*, sobre a educação; *Atualidades Científicas*, relativas à física, química etc.; *Livros Didáticos*, democratizando esse

[8] O conceito aqui presente remete à perspectiva trazida pelos modernistas brasileiros com a Semana de Arte Moderna de 1922, e, especialmente, no *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade. Sob a efígie da antropofagia modernista, "deglutir" implica uma revisão crítica das influências recebidas, em contraposição a "[...] todos os importadores de consciência enlatada" (Andrade, 1978, p. 14); a "deglutição" marca uma postura de ver o presente e o passado com "olhos livres" (Andrade, 1978, p. 9), com uma "experiência pessoal renovada" (Andrade, 1978, p. 13), um chamamento à independência cultural (Andrade, 1978, p. 19).

material por todo o país; *Livros Infantis*, com produções para as crianças menores.

Outro elemento que trazemos como influência da perspectiva azevediana para este artigo diz respeito ao desejo de nosso autor de conhecer a educação paulista por meio de um inquérito educacional (no ano de 1926) – o que em nossa pesquisa doutoral adaptaremos à educação londrinense[9]. O inquérito de Fernando de Azevedo, a pedido de seu amigo Júlio de Mesquita Filho, visou conhecer a instrução pública em São Paulo (Azevedo, 1971, p. 72-73) e deu origem à sua obra *A educação na encruzilhada* – obra que rendeu destaque a ele e que o fez passar de jornalista e professor à especialista em educação (Saviani, 2011, p. 208) – constando de depoimentos de especialistas.

A contribuição do autor

Como ponto de partida, é importante reforçar que ao desenvolver sua reflexão sobre a educação e os atores envolvidos nesse processo, quando argumenta acerca do papel da instituição escolar, Fernando de Azevedo (1958b, p. 179) preceitua que esta se valha de um acervo bibliográfico rico e repleto em sua biblioteca. Tal postura possibilitaria que o professor detivesse todos os elementos materiais necessários para tornar-se "[...] o grande incentivador, o impulsionador da frequência à Biblioteca Escolar [...], conduzindo o ensino de maneira que a biblioteca seja fator imprescindível, obrigatório mesmo" (Tavares, 1973, p. 26-27).

Sob a ótica azevediana, a biblioteca escolar teria, para além de seus títulos e dos conteúdos neles presentes, o condão de promover a formação democrática dos estudantes na medida em que fosse dado a eles pleno e livre acesso de escolha dos livros. O resultado de tal prática seria o vislumbre de estudantes assumindo o papel de cultores de suas preferências de leitura (Azevedo, 1953 [1937], p. 192), não mais subjugados às preferências do professor.

Na mesma linha do que fora apresentado por Azevedo, Ruth Souza salienta que o empréstimo de livros deve ser assumido como um serviço a fim de estimular "[...] a educação social, porque ao jovem

[9] A tese doutoral que realizaremos e da qual este artigo se apresenta como momento inicial, a partir do pensamento azevediano, se propõe a realizar diante da realidade da cidade de Londrina um levantamento junto às instituições estaduais de ensino, todavia, mesclará análises de cunho quantitativo (acerca das bibliotecas) e qualitativo (referentes aos títulos presentes ou ausentes).

é entregue um bem comum de que vai usufruir e por cuja conservação é responsável e deve zelar" (1960, p. 51-52) – uma vez que não se ensina democracia, se ensina a ser e a agir democraticamente.

Nosso autor é categórico ao dizer que se a biblioteca escolar não for valorizada e equipada à altura da sua necessidade cultural e social, "[...] a ação da escola se esterilizará [...]" (Azevedo, 1953 [1937], p. 197) na medida em que perderá a sua mais importante ferramenta de fomento do progresso e do desenvolvimento individual e social ao fecundar as mentes, "[...] e de não somente desenvolver a personalidade da criança, como também desprender todos os recursos de sua natureza, em prol do bem comum ou do interesse coletivo" (Azevedo, 1953 [1937], p. 197).

Por meio da leitura, o sujeito seria capaz de promover o revigoramento e o alargamento do pensamento, unindo o nacional e o estrangeiro, o passado, o presente e o futuro (Azevedo, 1953 [1937], p. 199-200, 202), o que faria do livro e da biblioteca o coração da instituição escolar.

No entanto, é denunciada a postura de alguns professores e bibliotecários que, por excesso de zelo, acabam afastando os estudantes da biblioteca, conservando os livros com "[...] ciúmes das mãos de curiosos que os assediam, para manuseá-los, ou mesmo se aproximam para os acariciar: para eles, a biblioteca não passaria de um depósito sagrado, inacessível a mãos profanas [...]" (Azevedo, 1958a [1952], p. 187) – prática que, aliás, não é difícil de ser encontrada em nossas escolas, embora, segundo o filósofo, a postura mais recorrente seja aquela de "[...] descaso pelo livro e por sua conservação. Destruir um livro não parece ter hoje grande importância: compra-se outro" (Azevedo, 1958a [1952], p. 188).

Ao referir-se à postura de modelo, de exemplo que os pais e os professores exercem na vida dos estudantes, é incentivado a que todos os lares tenham as suas bibliotecas, mesmo que singelas (Azevedo, 1958a [1952], p. 188) e que os jovens tenham o hábito de ler e serem provocados por pais e professores a desenvolverem uma relação de intimidade com os livros (com a leitura), uma vez que "só se pode despertar e desenvolver o gosto pelos livros, pondo-se ao alcance das crianças os livros [...]" (Azevedo, 1953 [1937], p. 192).

Conclusão

Esperamos que as reflexões que trouxemos, a partir do que Fernando de Azevedo **disse e escreveu** acerca do papel dos livros, da leitura e das bibliotecas escolares, possam ter contribuído neste contínuo e ininterrupto processo acadêmico de olhar para o presente (para a realidade). Processo esse que busca compreender o que se vê e movimentar-se para, a partir do que já foi e do que ainda não foi dito, encontrar novos caminhos ou mesmo reorientar-nos no caminho que está sendo trilhado.

O resgate da filosofia azevediana se apresenta como uma nova possibilidade de reflexão da realidade educacional – algo que já estamos buscando há algum tempo[10] –, trazendo um novo olhar a partir de uma nova epistemologia e reabilitando um dos pioneiros da educação que, apesar de seu legado, não se faz valorizado na medida de sua relevância para a educação e cultura nacionais.

Em face da nova legislação que estima a presença e a revitalização das bibliotecas escolares, desejamos que nosso artigo possa se inscrever como um propulsor a fim de que tal política pública não se restrinja apenas a uma boa intenção, mas que, com a contribuição da academia, possa se converter em realidade, tendo sempre como guia uma perspectiva filosófica capaz dar "[...] unidade de concepção [...] em seu conjunto e em todos os seus detalhes [...]" (Azevedo, 1958c [1932], p. 16), uma vez que "[...] os problemas fundamentais da educação são, antes de tudo, problemas filosóficos" (Azevedo, 1958c [1932], p. 16).

Referências

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. *In*: ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

APPEL, Vinícius. Apenas 31% das escolas públicas brasileiras possuem biblioteca. *Atricon.org.br*. Brasília, 16 fev. 2024. Disponível em: https://atricon.org.br/apenas-31-das-escolas-publicas-brasileiras-possuem-biblioteca/. Acesso em: 3 fev. de 2025.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953 [1937], v.1

[10] Salientamos a temática desenvolvida em nossa dissertação em educação, intitulada: *Fernando de Azevedo, ecos filosóficos que inspiraram o Filósofo e Educador Brasileiro*.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958a [1952], v.2

AZEVEDO, Fernando de. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, 1958b.

AZEVEDO, Fernando de. *História da minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958c [1932].

AZEVEDO, Fernando de *et al.* Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). *In*: *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Editora Massangana, 2010 [1932].

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20134.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL, Planalto. *Lei 12.244/2010*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL, Planalto. *Lei 13.696/2018*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL, Planalto. *Lei 14.837/2024*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14837-8-abril-2024-795462-publicacaooriginal-171443-pl.html. Acesso em: 5 out. 2024.

CABETE, Moisés da Silva. *Gestão de acervo enxuto para bibliotecas escolares*. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUIDA, Rosemarilany Barbosa. *Breve histórico da biblioteca escolar no Brasil*. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/2993. Acesso em: 1 out. 2024 [2019].

NASCIMENTO, Alessandra Santos. *Fernando de Azevedo*, dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da Biblioteca Escolar*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Ruth Villela Alves de. *Biblioteca escolar*: instruções para organização e funcionamento de bibliotecas em estabelecimentos de ensino secundário. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

UNIVESP. *Na íntegra*: Antônio Cândido de Mello Souza - A importância de Fernando de Azevedo para educação Brasileira. Youtube, 6 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wbFkMJM9sOs. Acesso em: 22 ago. 2022.

TAVARES, Denise Fernandes. *A biblioteca escolar*: conceituação, organização e funcionamento. Brasília: MEC, 1973.

Submetido em 31 de janeiro de 2026.
Aprovado em 18 de maio de 2026.